



Economia

NÚNCIO DEBAIXO DE FOGO

Joana Ferreira da Costa

joana.f.costa@sol.pt

Margarida Davim

margarida.davim@sol.pt

Incómodo no Governo com lista VIP fez Maria Luís desautorizar o secretário de Estado, que irá hoje explicar-se à AR. Sindicato garante que sistema não poderia ter sido criado sem o seu aval.

Paulo Núnzio terá hoje uma prova de fogo no Parlamento. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais vai responder às perguntas dos deputados sobre a existência de uma lista de contribuintes VIP com protecção de dados reforçada, numa altura em que as suas fragilidades são cada vez mais evidentes. O desconforto no Governo com o caso é grande e levou mesmo a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, a desautorizá-lo.

Horas depois de o gabinete do secretário de Estado ter reforçado, na segunda-feira de manhã, em declarações ao *Observador*, que a hipótese de abrir um inquérito «**não faz sentido**», a ministra anunciou a abertura de «**um inquérito**» ao caso. Foi o sinal exterior mais evidente de um desconforto crescente no Governo, que obrigou o primeiro-ministro a vir a público admitir ter dado uma informação errada no Parlamento, justificando ter sido induzido em erro pela «**informação por escrito**» que recebeu da Autoridade Tributária (AT).

Passos quer mais explicações e retirar consequências

Apesar do óbvio embaraço de Passos com o assunto, o primeiro-ministro segurou Paulo Núnzio. «**Não creio que haja responsabilidade política, porque o senhor secretário de Estado nunca tomou nenhuma iniciativa no sentido de mandar proceder a nenhum estudo desta natureza**», afirmou na quarta-feira. Mas com uma ressalva nas entrelinhas: quer descobrir «**quem teve a ideia, quem se pronunciou sobre ela, quem é que concebeu que o Estado poderia proceder nestes termos**». E deixou no ar a ideia de que as coisas poderão mudar, caso novos dados sejam conhecidos: «**Quando tudo isto se apurar, então falamos**».

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos

(STI), Paulo Ralha, tem insistido na ideia de que foi Paulo Núnzio quem deu aos responsáveis da AT a lista de nomes cujo registo fiscal deveria beneficiar de protecção reforçada. «**As informações que nós temos são claras: foi o secretário de Estado que entregou a lista**», denuncia Paulo Ralha.

Nos partidos da maioria, a estratégia é remeter a responsabilidade para os serviços. «**A ser verdade que há uma lista VIP, isso só vem mostrar que há um lado na administração pública que funciona desta forma, sem que o Governo controle isso, como se viu no caso dos vistos gold**», defende ao *SOL* a vice-presidente do PSD, Teresa Leal Coelho.

Na mesma linha surgiu ontem Marques Guedes, no final do Conselho de Ministros: o ministro da Presidência defendeu que Núnzio e Passos prestaram «**declarações incompletas**» sobre a lista VIP por culpa do director-geral da Autoridade Tributária. «**E isso é particularmente grave**», apontou.

No CDS, o discurso oficial é de



Paulo Núnzio: sindicato diz que apoiou criação da lista

apoio ao secretário de Estado. «**Paulo Núnzio vai ser ouvido amanhã, a pedido da maioria**», reforça o vice-presidente do CDS, Nuno Magalhães, sublinhando que o próprio mostrou vontade junto do partido – que o indicou para o Governo – de ir «**rapidamente e em força**» dar a sua versão da história.

Nuno Magalhães nem quer ou-

vir falar na demissão do secretário de Estado e desafia o sindicato a provar a acusação de que Núnzio é o autor da lista VIP. «**O sindicato vai ter de provar o que diz. Num Estado de Direito, não nos podemos basear em insinuações**», ataca o centrista, que desmente as notícias de que haveria sinais de embaraço no CDS. «**É um absurdo. Não falamos no plenário porque o CDS não anda a reboque da agenda do PCP e o assunto era uma declaração política do PCP**».

Cavaco Silva e Portas na lista

Ontem, no Parlamento, o presidente do STI garantiu que há provas escritas que revelam que foi o subdirector geral da AT, José Maria Pires, quem internamente deu luz verde à criação da lista VIP. Mas Paulo Ralha garante que este nunca o faria sem o conhecimento do secretário de Estado.

O sindicalista diz que José Maria Pires, que se demitiu na quarta-feira à tarde, assinou a 10 de Outubro um despacho interno que mudou as regras de controlo dos acessos dos funcionários – e pediu ao Parlamento que solicite este documento. «**Este despacho foi assinado na ausência do director-**

geral, Brigas Afonso, e só poderia ser feito com apoio do secretário de Estado», salienta. Entre os nomes na lista VIP estão os de Cavaco Silva, Passos Coelho, Paulo Portas e Manuel Pinho.

Na carta de despedida aos funcionários, José Maria Pires, que hoje é ouvido na comissão de Finanças, admitiu apenas que, perante a constatação de um aumento significativo de consultas de dados fiscais sigilosos, deu luz verde a «**um sistema que actuasse de forma prévia à efectiva violação**». E garante que pediu um relatório aos serviços de auditoria interna. Foi precisamente o chefe dos serviços de Auditoria Interna, Vítor Lourenço, quem, pela primeira vez, em Janeiro, assumiu perante funcionários a existência da lista, como revelou a revista *Visão*.

O director-geral da AT, António Brigas Afonso, foi o primeiro a demitir-se, na quarta-feira de manhã. É também ouvido hoje no Parlamento. Na carta de despedida, reafirmou que não existe uma lista VIP, mas admite que nunca informou a tutela sobre procedimentos internos que podem ter criado a percepção de que essa lista existia.

Faz sentido uma lista VIP?

O acesso restrito a listas de contribuintes célebres não é uma novidade na Europa, mas não é uma prática generalizada. Nuno Barroso, presidente da Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária, diz ao *SOL* que vários países já tiveram experiências de restrições no acesso a dados de contribuintes. A França, por exemplo, criou uma base de dados cujo acesso só podia ser feito por uma equipa especializada do Fisco, mas já recuou na medida. A Suécia chegou a ter os dados fiscais de todos os cidadãos disponíveis para consulta livre – que acabou após um caso polémico de utilização criminosa das informações.

Nuno Barroso considera que uma lista VIP em Portugal não faz sentido, pois a lei já proíbe os profissionais das Finanças de utilizar indevidamente os dados fiscais. Além disso, acrescenta, seria uma discriminação em relação aos outros contribuintes. A mesma opinião tem o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo: «**Deve haver protecção de dados confidenciais, mas para todos**». João Madeira



Quem tem acesso?

São oito mil os funcionários do Fisco que podem aceder aos registos dos contribuintes. Sistema tem alarme em tempo real para algumas figuras VIP.

Quem tem acesso aos dados dos contribuintes?

Todos os oito mil funcionários do Fisco podem aceder ao sistema informático, onde constam as informações sobre os contribuintes: dados de identificação, declaração de rendimentos ou execuções fiscais. Contudo, há informação mais detalhada a que só alguns funcionários têm acesso. É o caso, por exemplo, de processos-crime dos contribuintes, que só algumas chefias podem consultar, ou do sistema e-factura, a que só acedem inspetores e alguns dos chefes de serviço.

O acesso aos dados fica registado?

Sim. Para entrar na base de dados do Fisco, cada funcionário utiliza um *user* que o identifica e ao qual acede com uma senha individual. Cada acesso deixa um rasto informático de toda a actividade feita por esse utilizador: a quantos contribuintes acedeu e que tipo de informação consultou, por exemplo.

O que se entende por acesso indevido da parte dos funcionários?

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) garante que não há qualquer regra que restrinja o acesso dos funcionários do Fisco aos dados dos contribuintes. E que, por isso, até Novembro passado todos os casos de processos disciplinares eram abertos por quebra de sigilo – eram averiguados depois de notícias na Imprensa que indicavam fugas de informação.

Como começou esta polémica?

Com o início da instauração de processos disciplinares a funcionários que acederam aos dados do primeiro-ministro, no início de Novembro passado, de que o STI desconfiou e que começou a investigar. Associou imediatamente os processos às notícias que tinham sido publicadas

no final do Verão, a propósito do caso Tecnoforma, onde se dava conta de que a declaração de rendimentos de Passos Coelho referente a 1999 não constava dos arquivos do Tribunal Constitucional, como obriga a lei. Desde então, foram abertos processos e inquéritos disciplinares a quase 140 funcionários, por acesso indevido a dados.

Existe ou não uma lista VIP?

Sim. A confirmação foi feita em duas acções de formação de inspetores tributários e funcionários pelo chefe dos serviços de auditoria da Autoridade Tributária (AT), Vítor Lourenço. Segundo a revista *Visão*, ocorreram a 20 de Janeiro. Nas gravações de uma das formações, o responsável diz que «**existe, neste momento, um pacote de identificação de pessoas [que ocupam cargos políticos] que nós sabemos em online [em tempo real] quem está a ter acesso**». Acrescentou que foram identificados vários acessos com uma mesma senha e contou que uma funcionária foi apanhada a consultar os dados de Cavaco Silva só «**porque queria saber quanto é que ganhava o Presidente**».

Quem deu instruções?

O STI aponta o dedo ao secretário de Estado Paulo Núnico e ao subdirector-geral José Maria Pires. Este responsável, que se demitiu, assumiu que deu autorização, a 10 de Outubro, «**diversas medidas preventivas que obstassem à violação**» do direito ao sigilo fiscal e devassa de dados pessoais.

J.F.C.

